

DMA Distribuidora S/A

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho
Belo Horizonte | MG | Brasil

T +55 31 3289.6000

Aos Administradores e Acionistas da
DMA Distribuidora S/A
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DMA Distribuidora S/A, (“Companhia”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira DMA Distribuidora S/A, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, chamamos atenção para o fato de a Companhia ter alcançado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os prejuízos acumulados no valor de R\$ 423.255. Como a Companhia está em fase de reformulação de suas operações, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, irá depender do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela Administração. Estes eventos ou condições juntamente com outros fatores, são indicativos de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade operacional da Companhia, a qual dependerá do êxito das medidas relacionadas e praticadas pela Administração. As demonstrações contábeis não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da DMA Distribuidora S/A, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi por nós auditada, cujo relatório foi emitido em 20 de julho de 2018 e continha opinião com a modificação sobre inadequação da provisões para riscos, a qual a Administração havia efetuado a revisão na metodologia da provisão para riscos com base na opinião de seus assessores jurídicos e havia identificado a necessidade de complemento dos saldos de provisão de naturezas trabalhistas e cíveis, no montante naquela oportunidade de R\$ 12.053. Como a Administração optou por registrar a totalidade do ajuste tendo como contrapartida no resultado do exercício corrente de 2017, sem proceder com a reapresentação, nosso relatório foi modificado em relação a este assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

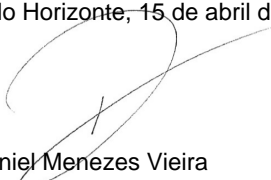
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Belo Horizonte, 15 de abril de 2019



Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – MG

DMA Distribuidora S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	115.639	68.657
Contas a receber	5	232.053	244.235
Estoques	6	391.665	334.551
Impostos a recuperar	7	34.668	25.849
Outros ativos	9	18.709	14.289
Total do ativo circulante		<u>792.734</u>	<u>687.581</u>
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	8	200.996	147.939
Outros ativos	9	51.842	34.881
Depósitos judiciais	16	10.785	10.087
		<u>263.623</u>	<u>192.907</u>
Imobilizado	10	286.079	206.788
Intangível	11	44.249	45.453
		<u>330.328</u>	<u>252.241</u>
Total do ativo não circulante		<u>593.951</u>	<u>445.148</u>
Total do ativo		<u>1.386.685</u>	<u>1.132.729</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	567.800	521.728
Fornecedores	13	489.684	384.791
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	58.578	62.684
Outros passivos	15	20.177	40.336
Total do passivo circulante		<u>1.136.239</u>	<u>1.009.539</u>
Passivo não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	12	330.841	340.766
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	93.359	62.736
Provisões para riscos	16	10.434	12.053
Partes relacionadas	8	216.267	110.764
Total do passivo não circulante		<u>650.901</u>	<u>526.319</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	17		
Capital social		22.800	22.800
Prejuízos acumulados		(423.255)	(425.929)
		<u>(400.455)</u>	<u>(403.129)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.386.685</u>	<u>1.132.729</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S/A

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita líquida de vendas	19	3.486.220	3.178.080
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	20 a)	(2.568.159)	(2.367.068)
Lucro bruto		----- 918.061	----- 811.012
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	20 b)	(814.888)	(757.619)
Outras receitas e despesas	22	15.252	101.844
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		----- 118.425	----- 155.237
Resultado financeiro	21		
Despesas financeiras		(174.905)	(175.266)
Receitas financeiras		63.915	49.246
		----- (110.990)	----- (126.020)
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		----- 7.435	----- 29.217
IR/CSLL	18	(4.761)	(1.837)
Lucro líquido do exercício		----- <u>2.674</u>	----- <u>27.380</u>
Lucro por ação		----- <u>8,53</u>	----- <u>0,83</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	22.800	(453.309)	(430.509)
Resultado do exercício	-	27.380	27.380
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>22.800</u>	<u>(425.929)</u>	<u>(403.129)</u>
Resultado do exercício	-	2.674	2.674
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>22.800</u>	<u>(423.255)</u>	<u>(400.455)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018	31/12/2017
Das atividades operacionais		
Lucro antes do IR/CSLL	7.435	29.217
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações	36.390	28.316
Amortizações	16.471	22.842
Ajustes sobre a implantação do controle de imobilizado e intangível	-	17.207
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	8.199	7.206
Provisão de impostos a pagar	(4.761)	(1.837)
Contingências para demandas judiciais	(1.619)	12.053
Decréscimo (acrécimo) em ativos		
Clientes	12.182	(38.917)
Estoques	(57.114)	(13.332)
Impostos a recuperar	(8.819)	10.748
Depósitos judiciais	(698)	(2.637)
Outros ativos	(21.381)	(40.100)
Acrécimo (decrécimo) em passivos		
Fornecedores	104.893	65.378
Obrigações trabalhistas e tributárias	26.517	(32.886)
Outros passivos	(20.159)	(17.089)
Caixa proveniente das operações	97.536	46.170
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	97.536	46.170
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado		
Intangível		
Acrécimo do imobilizado	(117.084)	(98.894)
Acrécimo do intangível	(15.267)	(13.827)
Baixa do ativo imobilizado	1.403	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(130.948)	(112.721)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamento	788.213	652.929
Amortização de principal e juros empréstimos e financiamento	(760.265)	(544.668)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	27.948	108.262
Das atividades de financiamento com acionistas		
Partes relacionadas	52.446	(23.077)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento com acionistas	52.446	(23.077)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	46.982	18.633
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	68.657	50.024
No final do exercício	115.639	68.657
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	46.982	18.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia DMA Distribuidora S/A, é uma sociedade anônima que foi constituída em 14 de abril de 1997, com sede na cidade de Belo Horizonte – MG, tendo como atividade econômica o comércio varejista de mercadorias em geral com predominância em produtos alimentícios.

Com 138 lojas, 06 centros de distribuição e uma Administração Central, a DMA emprega atualmente 12.972 funcionários de forma direta nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, tendo como pretensão inaugurar pontos de venda em outras Unidades da Federação no ano de 2019.

A Companhia detém uma marca reconhecida e consolidada no mercado, que é a marca Epa Supermercados que atua exclusivamente no segmento varejista. Em 2018, seguindo tendências de mercado e dando seguimento a política expansionista, a DMA inaugurou 09 novos pontos de venda, sendo 04 lojas no formato de varejo com a então consolidada marca EPA e 05 novos pontos de venda no formato de atacarejo consolidando a participação de mercado da marca Mineirão no segmento.

A DMA possui atualmente 138 lojas, sendo 129 no formato de Varejo e 09 no formato de Atacarejo, dispondo ainda de uma estrutura de 06 centros de distribuição e uma Administração Central.

Com base nesta estrutura, e em conformidade com seu plano de negócios, a Companhia encontra-se em fase de reestruturação das marcas e atividades e, experimentando crescimentos recorrentes no volume de produção e vendas. Com essa nova estrutura, a Companhia voltou a apresentar resultados positivos em 2018, o que reafirma a continuidade e força da marca EPA e Mineirão no mercado.

A seguir o EBITDA ajustado (a) da Companhia demonstrando a geração de caixa no exercício:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do IR/CSLL	7.435	29.217
Despesa financeira	174.905	175.266
Depreciação	36.390	28.316
Amortização	16.470	22.842
EBITDA	235.200	255.641

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela diretoria em reunião realizada em 15 de abril de 2019.

2. Políticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Receita de contratos de clientes

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação;
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente, conforme Nota Explicativa nº 19.

Venda de mercadorias – varejo: a Companhia opera com uma cadeia de pontos de venda para a comercialização de suas mercadorias. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro e cartão de débito.

b) Custos das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística. A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

d) Contas a receber e provisão para perda de crédito esperada

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas quando aplicável, da provisão para perda de crédito esperada, a qual é constituída considerando-se a avaliação dos créditos.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

e) Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamentos mercantis transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado.

Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

A depreciação é computada pelo método linear, com base no custo de aquisição de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

g) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ):** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240.000;
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

h) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(1)** ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; **(2)** ativos financeiros mantidos até o vencimento; **(3)** ativos financeiros disponíveis para venda; **(4)** empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”.

2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

4) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, no caso da Companhia, compreendem as contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 5).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

1) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São classificados como passivos financeiros as contas a pagar para fornecedores, empréstimos e financiamentos. As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Os empréstimos e financiamentos são contratados para aquisição de ativo imobilizado e para capital de giro e registrados considerando o valor presente, ou seja, total do empréstimo ou financiamento deduzidos os encargos a transcorrer.

2) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados representam principalmente operações de giro e de aquisição de ativo imobilizado e são contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com as taxas contratuais.

3) Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros acontece somente quando suas obrigações são extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

i) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Demonstrações do fluxo de caixa

As demonstrações do fluxo de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração do fluxo de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

l) Lucro (prejuízo) do exercício por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia. Não existem resultados diluídos a serem reportados, uma vez que não houve circulação e/ou negociação de ações.

2.3. Principais julgamentos, critérios e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

a) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

b) Provisão para perda de crédito esperada

É constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização.

c) Provisão para perdas

Nas movimentações de estoque ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perda por excesso de produção própria, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em loja.

d) Provisões para riscos

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1. Que entrarão em vigor após 2018

A Companhia está avaliando os impactos da adoção das principais normas emitidas pelo IASB em 2018 (ainda sem correspondente no CPC) que entrarão em vigor após 1^o de janeiro de 2019:

O International Accounting Standards Board (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos:

IFRS 9/CPC 48 – Instrumento financeiro

(i) Classificação e mensuração

- **IFRS 9/CPC 48** estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais. O IFRS 9/CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A partir de janeiro de 2018, os efeitos da aplicação do IFRS 9/CPC 48 residem na alteração das categorias de mensuração para cada classe de ativos financeiros, não tendo efeito significativo na classificação dos passivos financeiros, e ainda, no exercício de 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Impairment de ativos financeiros

O IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A partir de janeiro de 2018, a Companhia aplicou os requisitos de redução ao valor recuperável do IFRS 9/CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018, já que não há evidência de perda de crédito com base no histórico da Companhia.

IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente

- **IFRS 15/CPC 47** substituiu as atuais normas para o reconhecimento de receitas, o CPC 30 (R1)/IAS 18 (IASB – BV 2012) – Receitas e o CPC 17 (R1)/IAS 11 – Contratos de construção e interpretações e orientações técnicas relacionadas.

O IFRS 15/CPC 47 estabeleceu um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia adotou o IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, não teve impacto significativo na prática contábil atual de avaliação, apuração e reconhecimento das receitas (CPC 30 (R1)/IAS 18 e CPC 17 (R1)/IAS 11), relacionadas com o comércio varejista de mercadorias em geral com predominância em produtos alimentícios.

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

- **IFRS 16/CPC 06 (R2):** estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Companhia adotará o IFRS16/CPC 06(R2) – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, e já avaliou e estimou os principais efeitos da sua aplicação inicial para as suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019, que podem ser assim apresentados:

	31/12/2019		31/12/2019
Ativo circulante		- Passivo circulante	35.992
		Arrendamentos operacionais	35.992
Ativo não circulante	313.698	Passivo não circulante	277.706
Direito de uso	313.698	Arrendamentos operacionais	277.706
Total do ativo	313.698	Total do passivo e patrimônio líquido	313.698

A estimativa dos valores apresentados acima refere-se a 272 contratos de locação de ativos imobiliários utilizados nas atividades de operação da entidade. Os contratos analisados referem-se a aluguéis das lojas e centros de distribuição.

Para apuração dos valores de direito de uso e de arrendamento operacional, foram analisados contratos de locação de imóveis considerando o valor do aluguel pactuado nos contratos de locação e vigência de cada contrato respectivamente.

Os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos contratos de arrendamentos utilizando como taxa incremental a taxa média anual dos empréstimos e financiamentos da empresa conforme nota explicativa **12(a)**.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06/IAS 17).

Na elaboração das demonstrações contábeis do próximo exercício, serão efetuadas todas as divulgações exigidas pelo IFRS16/CPC 06 (R2).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e aplicações financeiras.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	36.068	30.645
Aplicações financeiras	79.571	38.012
Total	115.639	68.657

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e, são substancialmente, remuneradas com base em percentuais da variação do Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

5. Clientes

a) Composição dos saldos por tipo de operação

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes	254.663	243.143
Cheques a receber	14.015	13.923
Antecipação cartão de crédito (*)	(23.797)	-
Provisão de cheques incobráveis	(12.828)	(12.831)
Total	232.053	244.235

(*) Refere-se à antecipação de recebíveis provenientes de vendas a prazo com cartão de crédito.

A movimentação da estimativa de cheques incobráveis é apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em dezembro	(12.831)	(12.838)
Reversão	(3)	(7)
Constituição	-	-
Total	(12.828)	(12.831)

b) Composição dos saldos por idade de vencimento

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	224.725	222.498
Vencidos até 30 dias	13.706	11.622
Vencidos até 60 dias	5.305	5.213
Vencidos até 90 dias	3.882	1.161
Vencidos até 180 dias	1.896	1.400
Vencidos a mais de 180 dias	19.164	15.172
Total	268.678	257.066

6. Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Mercadorias para revenda	383.162	328.382
Material de expediente	8.503	6.169
	391.665	334.551

7. Impostos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS a recuperar (b)	28.796	21.907
IR/ISS/PIS/Cofins a compensar	5.716	3.795
Tributos federais a compensar (a)	156	147
	34.668	25.849

- a) Referente ao Processo Judicial nº 0018606-12.2008.4.03.6100, valores de IPI destacados e cobrados indevidamente em operações comerciais da Companhia;
- b) Referente à restituição créditos de ICMS e Substituição Tributária de produtos adquiridos no Estado de Minas Gerais originados de fato gerador presumido que não ocorreu conforme Artigo nº 23 do Anexo XV do RICMS/MG. Créditos fiscais homologados junto a Secretaria Fazenda do Estado de Minas Gerais por meio do bloco 88 do Sintegra. A Companhia passou a creditar da rubrica já homologada junto a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais.

8. Partes relacionadas

As operações e saldos em aberto estão apresentados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
VM e Arantes Participações Ltda.	169.540	143.092
Sabará Emp. e Participações Ltda.	75	75
Outros	31.381	4.772
	200.996	147.939
Passivo		
Mútuo Supermercado BH	200.948	100.093
Outros	15.319	10.671
	216.267	110.764

8.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas

As movimentações de vendas e compras, registradas envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro ou por meio de distribuição de dividendos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

8.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A remuneração paga aos administradores e dirigentes da Companhia até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.681 (R\$ 1.741 em 2017).

9. Outros ativos

	31/12/2018	31/12/2017
Tributos a compensar (a)	49.833	32.878
Adiantamento a fornecedores (b)	14.278	11.169
Adiantamento a funcionários	2.096	1.922
Títulos de capitalização	2.010	2.003
Despesas antecipadas	1.856	980
Outros	478	218
Total	70.551	49.170
Circulante	18.709	14.289
Não circulante	51.842	34.881

- (a) Tributos a compensar referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins trânsito em julgado conforme Processo nº 2006.61.00.027407-3;
- (b) Composto por R\$ 13.929 referente a adiantamento a fornecedores de ativos empregados na construção de novas lojas e R\$ 749 a adiantamento para compra de vales transporte no mês.

10. Imobilizado

a) Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixa	Reclassificação	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	34.669	28.799	(917)	-	62.551
Máquinas e equipamentos (*)	193.060	33.865	(800)	(309)	225.816
Móveis e utensílios	37.678	11.882	(164)	-	49.396
Instalações comerciais	-	-	-	-	-
Veículos	9.288	280	(735)	-	8.833
Equipamentos de informática	31.627	2.002	(5)	-	33.624
Imobilizações em andamento	330	-	-	-	330
Edificações em imóveis de terceiros	122.188	39.820	(96)	1.894	163.806
Outras imobilizações	-	436	-	(1.585)	(1.149)
	428.840	117.084	(2.717)	-	543.207

	% Taxa depr. a.a.	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixa	Reclassificação	Saldo em 31/12/2018
Máquinas e equipamentos (*)	10	(93.491)	(15.323)	416	-	(108.398)
Móveis e utensílios	10	(16.780)	(2.723)	145	-	(19.358)
Veículos	20	(6.283)	(1.591)	606	-	(7.268)
Equipamentos de informática	20	(25.079)	(2.244)	4	-	(27.319)
Imobilizações em andamento	20	-	-	-	-	-
Edificações imóveis terceiros	20	(80.419)	(14.509)	143	-	(94.785)
		(222.052)	(36.390)	1.314	-	(257.128)
Saldos		206.788	80.694	(1.403)	-	286.079

- (*) Há aquisições de máquinas e equipamentos através de *leasing*, com taxa de juros que variam entre 0,22% a.m. a 0,59% a.m. + correção pela CDI, perfazendo taxa de juros anuais com variação de 14,80% a 16,50%, com aval dos sócios.

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixa (**)	Ajustes (***)	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	23.029	11.640	-	-	34.669
Máquinas e equipamentos	201.490	42.207	(33.430)	(17.207)	193.060
Móveis e utensílios	27.654	17.491	(7.467)	-	37.678
Instalações comerciais	-	-	-	-	-
Veículos	9.664	93	(469)	-	9.288
Equipamentos de informática	36.850	3.316	(8.539)	-	31.627
Imobilizações em andamento	769	165	(604)	-	330
Edificações em imóveis de terceiros	123.691	24.148	(25.651)	-	122.188
Outras imobilizações	166	(166)	-	-	-
	423.313	98.894	(76.160)	(17.207)	428.840

	% Taxa depr. a.a.	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixa (**)	Ajuste (***)	Saldo em 31/12/2017
Máquinas e equipamentos	10	(113.870)	(13.051)	33.430	-	(93.491)
Móveis e utensílios	10	(22.710)	(1.537)	7.467	-	(16.780)
Veículos	20	(5.106)	(1.646)	469	-	(6.283)
Equipamentos de informática	20	(31.687)	(1.931)	8.539	-	(25.079)
Imobilizações em andamento	20	(604)	-	604	-	-
Edificações imóveis terceiros	20	(95.919)	(10.151)	25.651	-	(80.419)
		(269.896)	(28.316)	76.160	-	(222.052)
Saldos		153.417	70.578	-	(17.207)	206.788

- (**) Em 2017, foram baixados efetivamente valores de reavaliação já amortizados em sua totalidade em exercícios anteriores, não transitando pelo resultado de 2017;

- (***) A Companhia reverteu R\$ 17.207 de notas fiscais de *Leasing* referente a bens adquiridos 2016 e contabilizados em 2017. O montante foi apresentado no relatório das demonstrações contábeis de 2016.

11. Intangível

a) Movimentação intangível

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reclassificação	Saldo em 31/12/2018
Desenvolvimento de sistemas	956	-	-	956
Reorganização lojas ES	29.818	-	-	29.818
Fundo de comércio	121.501	13.123	-	134.624
Softwares	36.495	2.090	-	38.585
Marca patentes	21	6	-	27
Outros	736	48	-	784
	189.527	15.267	-	204.794

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reclassificação	Saldo em 31/12/2018
Desenvolvimento de sistemas	10	(956)	-	-	(956)
Reorganização lojas ES	10	(29.818)	-	-	(29.818)
Fundo de comércio	20	(78.195)	(15.478)	-	(93.673)
Softwares	20	(34.734)	(993)	-	(35.727)
Marca patentes	10	(20)	-	-	(20)
Outros	10	(351)	-	-	(351)
Total da amortização		(144.074)	(16.471)	-	(160.545)
Intangível líquido em 2018		45.453	(1.204)	-	44.249

		Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixa (*)	Saldo em 31/12/2017
Desenvolvimento de sistemas		956	-	-	956
Reorganização lojas ES		29.818	-	-	29.818
Fundo de comércio		240.645	12.661	(131.805)	121.501
Softwares		35.449	1.046	-	36.495
Marca patentes		21	-	-	21
Outros		616	120	-	736
		307.505	13.827	(131.805)	189.527
	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixa (*)	Saldo em 31/12/2017
Desenvolvimento de sistemas	10	(956)	-	-	(956)
Reorganização lojas ES	10	(29.818)	-	-	(29.818)
Fundo de comércio	20	(191.921)	(18.079)	131.805	(78.195)
Softwares	20	(29.971)	(4.763)	-	(34.734)
Marca patentes	10	(20)	-	-	(20)
Outros	10	(351)	-	-	(351)
Total da amortização		(253.037)	(22.842)	131.805	(144.074)
Intangível líquido em 2017		54.468	(9.015)	-	45.453

(*) Em 2017, foram baixados saldos de reavaliação já amortizados em sua totalidade em exercícios anteriores, sem efeito no resultado do período.

12. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Capital de giro (a)	108.489	86.556
Empréstimos bancários (b)	632.551	647.990
Conta garantida	70.884	43.713
Leasing (d)	69.269	65.562
Finame (c)	17.448	18.673
	898.641	862.494
Circulante	567.800	521.728
Não circulante	330.841	340.766

- (a) Os valores de capital de giro são realizados para evitar atrasos nos pagamentos e fazer fluxo de caixa frente às vendas efetuadas a prazo, possuem taxas médias de juros anuais de 12%, e como garantia o aval dos sócios;
- (b) Os empréstimos bancários, são utilizados para investimentos em aberturas de novas unidades e reforma das lojas atuais, possuem juros médios variando de 0,20% a.m. a 0,77% a.m. correção pela CDI, e são garantidos pela carteira de clientes "cartão de crédito", além do aval dos sócios;
- (c) O Finame é utilizado para aquisição de máquinas e equipamentos. A taxa de juros é formada da seguinte forma: Variação da TJLP + 6% ao ano + 0,5% TAAC do valor contratado, perfazendo uma taxa de juros anuais em média de 14% ao ano. O prazo do Finame é de 48 meses, com aval dos sócios;

- (d) Os empréstimos, sob responsabilidade da Companhia na modalidade de *Leasing* (Financiamento por meio de locação financeira para aquisição de Ativo Imobilizado), utilizado para aquisição de máquinas e equipamentos, têm prazos de 12 a 60 meses, sendo o vencimento final em 2023, com taxas indexadas de 0,22% a 0,59% ao mês + correção pela CDI, perfazendo taxa de juros anuais com variação de 14,80% a 16,50%, também com aval dos sócios. O total dos futuros pagamentos mínimos dos arrendamentos mercantis financeiros estão demonstrados na Nota Explicativa nº 12.1

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as parcelas de curto e longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	521.728
2019	567.800	195.580
2020	217.491	96.643
2021	78.015	28.514
2022	26.078	20.029
2023	6.607	-
2024	2.650	-
	898.641	862.494

A Companhia não possui nenhum tipo de cláusula restritiva (*covenants*) em seus contratos de financiamentos de longo prazo.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	747.026
Captações	652.929
Juros provisionados	7.207
Pagamento principal e juros	(544.668)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	862.494
Captações	788.213
Juros provisionados	8.199
Pagamento principal e juros	(760.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	898.641

12.1. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$ 69.269 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 65.562 em 31 de dezembro de 2017), de acordo com a tabela a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Menos de 01 ano	15.445	15.782
De 01 a 05 anos	45.047	42.228
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	60.492	58.010
Encargos futuros do financiamento	8.777	7.552
Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	69.269	65.562

13. Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores revenda	422.510	350.651
Fornecedores de serviços	26.700	11.329
Fornecedores de materiais	11.946	3.853
Fornecedores de produtor rural	4.330	3.740
Fornecedor Araújo	106	106
Fornecedor Simões	68	2.549
Fornecedores - Transporte	3.055	1.850
Outros fornecedores	20.969	10.713
	489.684	384.791

14. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar	8.464	7.459
Provisão de férias	25.979	24.421
INSS a recolher	6.727	19.344
IR/CSLL a recolher	6.598	1.837
IRRF	447	426
FGTS a recolher	2.112	1.941
ICMS	4.038	4.301
IRRF a recolher	580	554
COFINS não cumulativa a recolher	680	951
Parcelamento ICMS (c)	36.527	41.406
Refis (a)	4.194	4.194
Parcelamento especial (b)	136	90
Parcelamento PERT PRT	385	7.247
Parcelamentos INSS (d)	50.259	9.115
Parcelamento Cofins	546	546
Outras obrigações trabalhistas e tributárias	4.265	1.588
	151.937	125.420
Circulante	58.578	62.684
Não circulante	93.359	62.736

A Companhia mantém parcelamentos de débitos tributários junto à Receita Federal do Brasil e Secretarias de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Espírito Santo. A Companhia está adimplente com os seus parcelamentos, suas certidões de débitos tributários Federais e Estaduais estão positivas com efeitos de negativa.

- a) Débitos junto à Receita Federal do Brasil estão parcelados na modalidade Refis, conforme Lei nº 11.941/09, com correção das parcelas pela TJLP. Parcelamento finalizado, porém, apresenta saldo no extrato emitido perante a RFB, isso devido a erros em processamentos internos não finalizados. Esse fato inclusive não impede a emissão de CND da Companhia, aguardando solução por parte da Receita Federal do Brasil;
- b) Referente a mudança de tributação de ICMS e substituição tributária de produtos. Com base na Resolução nº 4855/2015 Artigo 1º, o contribuinte deverá apurar o estoque de produtos, aplicar a nova alíquota e recolher a diferença tributária gerada por mudança de alíquota, tendo como embasamento legal a Resolução nº 4855/2015 Artigo 10º, a Companhia optou por parcelar o ST apurado do estoque;

- c) Parcelamento Espírito Santo refere-se a débitos diversos junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo, parcelamento negociado em 60 e 120 parcelas mensais, com correção anual conforme Valor de Referência Tributária do Espírito Santo (VRTE) e com término previsto para março de 2022 e fevereiro de 2024 respectivamente;
- d) Reparcimento de INSS referente parcela do empregador lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002. Parcelamento negociado em 60 parcelas e com seu pagamento regular. Em 2018 a companhia optou por incluir no parcelamento R\$ 41.144 referente a INSS parte empregador do período de outubro de 2017 a dezembro de 2018.

15. Outros passivos

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras		
Aluguéis a pagar	9.267	7.280
Antecipação recebíveis	3.934	24.001
Obrigações com terceiros	3.530	6.110
Outros passivos	1.884	1.245
Despesas consumo a pagar	731	1.096
Adiantamento clientes venda atacado	704	-
Repasse doações	127	603
	20.177	40.335

16. Provisão para riscos

A movimentação da provisão para riscos e depósitos judiciais, estão assim demonstrados:

Provisão para riscos	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2018
Riscos judiciais	-	12.053	-	12.053	10.434	(12.053)	10.434
Total	-	12.053	-	12.053	10.434	(12.053)	10.434
Depósitos judiciais							
Cíveis	(3.217)	(6.771)	4.720	(5.268)	(8.768)	10.210	(3.826)
Tributários	-	-	-	-	(1.428)	-	(1.428)
Trabalhistas	(4.234)	(1.664)	1.079	(4.819)	(7.919)	7.207	(5.531)
Total	(7.451)	(8.435)	5.799	(10.087)	(18.115)	17.417	(10.785)
Saldo líquido final do exercício	(7.451)	3.618	5.799	1.966	(7.681)	5.364	(351)

Adicionalmente, a Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão, pois a expectativa de perda em ações trabalhistas, no valor de R\$ 22.453, e nas esferas administrativa, cível de tributária, no montante de R\$ 11.218, é considerada possível, totalizando R\$ 33.671 em 31 de dezembro de 2018.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 22.800.000 e está representado por 22.800.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto e com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Reserva legal

O estatuto social determina que a parcela de 5% do lucro líquido seja deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

c) Destinação dos resultados

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001), podendo haver distribuições intermediárias, desde que os dividendos pagos em cada semestre não excedam o montante de reservas de capital o qual contém as destinações:

- 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social;
- 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram distribuídos dividendos aos acionistas controladores sendo o lucro utilizado para compensação de prejuízo.

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência.

a) Tributos correntes

A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	7.435	29.217
Resultado apresentado demonstração financeira de 2017	(12.053)	(24.979)
Adições e exclusões	18.692	3.582
Compensação - prejuízo exercícios anteriores	-	(2.346)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	14.074	5.474
IR e CSLL às alíquotas vigentes (15% e 9%)	3.378	1.314
Adicional - imposto de renda	1.383	523
Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes	4.761	1.837
Taxa efetiva	(1,03)	0,43

19. Receita líquida de vendas

	31/12/2018	31/12/2017
Mercadoria de revenda	3.682.232	3.349.556
Serviços prestados	-	217
(-) Deduções da receita		
ICMS	(80.907)	(76.250)
Cofins	(82.039)	(58.881)
PIS	(17.890)	(12.851)
Devoluções	(4.214)	(6.671)
Descontos	(10.962)	(17.034)
Impostos sobre serviços	-	(6)
Receita líquida total	3.486.220	3.178.080

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de impostos de renda e contribuição social.

Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 18%), impostos municipais, contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 1,65%) e à Cofins (alíquota de 7,6%), não cumulativos.

20. Custos e despesas por natureza

a) Custo

	31/12/2018	31/12/2017
Custo da revenda	(2.806.860)	(2.605.456)
Bonificações e verbas	239.096	239.310
Perdas	(395)	(922)
Total	(2.568.159)	(2.367.068)

b) Despesas administrativas e gerais

	31/12/2018	31/12/2017
Gastos com pessoal	(384.595)	(351.813)
Locações (1)	(94.577)	(87.829)
Utilidades	(62.358)	(54.529)
Depreciação/amortização	(52.860)	(51.009)
Impostos taxas e tributos	(22.866)	(49.873)
Prestação serviços pessoa jurídica	(37.326)	(30.634)
Fretes e carretos	(36.297)	(27.951)
Despesas de embalagens	(36.463)	(23.024)
Despesas de marketing	(23.957)	(17.268)
Provisão para despesa - processos judiciais	1.619	(12.053)
Materiais	(13.196)	(11.317)
Gastos com veículos	(9.146)	(8.324)
Indenizações	(5.311)	(6.578)
Gastos diversos	(10.446)	(6.356)
Gastos com informática	(4.072)	(5.722)
Materiais de manutenção em geral	(6.763)	(4.183)
Despesas indedutíveis	(7.576)	(3.095)
Prestação serviços pessoa física	(1.182)	(2.173)
Viagens	(2.349)	(1.712)
PDV's	(1.782)	(1.492)
Doações e brindes	(277)	(488)
Perdas incobráveis	(3.108)	(196)
	(814.888)	(757.619)

(1) Compromissos arrendamento mercantil operacional – Companhia como arrendatária: A Companhia arrenda pontos de varejo através de contratos de arrendamento operacional canceláveis, principalmente com sua controladora e outra parte relacionada. Os termos do arrendamento são de dez anos e a maioria dos contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento a valores de mercado. Para rescisão destes contratos, a Companhia tem que fornecer notificação com antecedência mínima de 30 dias, sendo as despesas com arrendamento debitadas na demonstração do resultado.

21. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras		
IOF	(9.643)	(20.127)
Taxa administração cartões	(30.762)	(27.227)
Juros de empréstimos financiamentos	(107.150)	(95.344)
Descontos concedidos	(58)	(19)
Multas	(19)	(0)
Despesas bancárias	(3.645)	(10.649)
Juros sobre mútuos	(23.628)	(21.900)
	(174.905)	(175.266)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	53.358	46.376
Juros recebidos	9.202	829
Juros aplicações financeiras	1.355	2.041
	63.915	49.246
Efeito líquido de resultado financeiro	(110.990)	(126.020)

22. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas operacionais		
Receitas de acordos comerciais	-	2
Ganho PRT/REFIS (b)	-	59.859
Demais receitas operacionais	20.711	48.285
Impostos sobre outras receitas operacionais	(4.789)	(3.821)
Total	15.922	104.325
Outras despesas operacionais		
Perdas operacionais (a)	(670)	(2.481)
Total	(670)	(2.481)
Total	15.252	101.844

- (a) A natureza das operações do comércio varejista implica em grande movimentação interna de mercadorias. Nestas movimentações ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perda por excesso de produção própria, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em loja. A Companhia monitora estas ocorrências por meio de departamento específico e toma as providências cabíveis para diminuição de sua ocorrência;
- (b) Refere-se à quitação de parte de parcelamento previdenciário com base negativa de prejuízo fiscal no total de R\$ 45.221 conforme Lei nº 13.496/2017 e INRFB nº 1687, de 31 de janeiro de 2017 e R\$ 14.638 referente a desconto em quitação de parcelamentos estaduais por meio do programa Regularize da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, programa instituído pela Lei nº 22.549 de 30/06/2017;

23. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos sócios.

b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

b.2) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

* * *